**Instruções para preenchimento do formulário:**

1. No campo Documento, deve ser especificado o instrumento licitatório para o qual está sendo sugerida modificação. Neste campo, deve-se digitar apenas pré-edital ou minuta do contrato;
2. No campo Natureza da sugestão, deve ser indicado se a sugestão proposta é de Inclusão, Alteração ou Exclusão;
3. No campo Item, deve ser discriminado o item do pré-edital, ou a cláusula da minuta do contrato, ou, ainda, o anexo para o qual está sendo sugerida modificação. Neste campo, deve-se digitar apenas o número do item ou o número da cláusula, sem detalhar o seu título. No caso de sugestão à anexo, deve-se incluir o número do anexo e o número do item objeto da sugestão, caso existente. Caso a sugestão seja de Inclusão, deve-se especificar o número que o item ou a cláusula teria caso a sugestão fosse acatada pela ANP;
4. No campo Proposta de alteração, deve ser redigida a redação proposta para o item, em sua versão final. Não se deve usar texto tachado, negrito, sublinhado ou destacado em cores. Caso a sugestão seja de Exclusão, deve-se deixar o campo em branco;
5. No campo Justificativa, deve ser descrita a justificativa para a sugestão proposta.

**Exemplo de preenchimento do formulário de comentários e sugestões:**

| **Documento** | **Natureza da sugestão** | **Item** | **Proposta de alteração** | **Justificativa** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo II – 3.2.1 | Texto proposto. | Justificativa. |
| Pré-edital | Exclusão | 1.4.3 |  | Justificativa |

**Instruções para envio do formulário:**

Após o preenchimento deste formulário, remeta-o à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) até às **18 horas do dia 18 de dezembro de 2017** peloe-mail [rodadas@anp.gov.br](mailto:rodadas@anp.gov.br). A utilização deste formulário é obrigatória. Não serão aceitas sugestões e comentários fora do padrão deste formulário.

**FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES**

CONSULTA PÚBLICA Nº 25/2017

| **Documento** | **Natureza da sugestão** | **Item** | **Proposta de alteração** | **Justificativa** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Minuta de Contrato | Inclusão | 5.16. | 5.16 Executado o PEM e não havendo Descoberta ao término da Fase de Exploração ou que a Descoberta seja tal que sua comercialidade dependa de Descobertas adicionais, o Concessionário poderá apresentar programa de trabalhos adicionais com pedido de prorrogação da Fase de Exploração pelo prazo necessário à execução dessas atividades, cabendo à ANP manifestar se tem interesse nas atividades e definir o prazo. | Permitirá novos investimentos exploratórios na área para elevação do conhecimento da Bacia e continuidade da exploração possibilitando descobertas que sejam necessárias para a Declaração de Comercialidade, nos termos do parágrafo 8.5, “b)” . Não se trata de instituto novo, pois já aplicado aos contratos de partilha. |
| Minuta de Contrato | Inclusão | 5.18. | c) propor a realização de um programa de trabalhos adicionais para continuidade das atividades exploratórias; ou | Em linha com a sugestão do parágrafo 5.16. |
| Minuta de Contrato | Inclusão | 6.10.1. | 6.10.1 A atualização incidirá apenas sobre o valor das UT’s ainda não executadas pelos concessionários até a data da renovação da garantia. | Como a redução da garantia só pode ser deferida a cada 20% cumprido (6.15.2), essa disposição permitirá que mesmo quando não seja cumprido 20%, os valor do percentual já executado seja deduzido antes de se exigir a elevação da garantia. |
| Minuta de Contrato | Inclusão | 6.17.2. | 6.17.2. O pagamento do valor correspondente à parcela do PEM não executado por qualquer dos integrantes do consórcio, sub-roga-o nos direitos e garantias apresentados pelo consorciado devedor, nos termos do parágrafo único do art. 259 c/c art. 246, inciso III, do Código Civil. | Dará mais segurança aos consorciados em formarem parcerias e de exigirem garantias idôneas para a parcela devida pelo consorciado à ANP, pois se forem demandados diretamente, poderão sub-rogar-se nos direitos e garantias da ANP. |
| Minuta de Contrato | Inclusão | 30.4.3.1 | 30.4.3.1 A resolução do contrato em relação ao consorciado inadimplente não o exonera das garantias prestadas por obrigações devidas, podendo a ANP executá-las ou exigir o cumprimento da obrigação dos demais consorciados, ficando estes sub-rogados na garantia do consorciado exonerado, nos termos do parágrafo único do art. 259 c/c art. 246, inciso III, do Código Civil | Em linha com a sugestão contida no parágrafo 6.17.2, dará mais segurança aos consorciados em formarem parcerias e de exigirem garantias idôneas para a parcela devida pelo consorciado à ANP, pois poderão executar as obrigações solidárias e ter uma garantia para executar o valor que for cumprido em seu lugar. Caso a ANP prefira executar a garantia, permitirá **excepcionalmente** a redução proporcional do PEM em virtude da exclusão do consorciado. |
| Pré-Edital | Exclusão | 3.1 | Exclusão da obrigatoriedade de registro dos documentos estrangeiros no Registro de Títulos e Documentos (RTD). | Em linha com os princípios de racionalização dos métodos e procedimentos de controle, bem como da eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico seja superior aos riscos envolvidos previstos no Decreto nº 9.094/2017, sugerimos a exclusão da obrigatoriedade de registro de documentos estrangeiros no Registro de Títulos e Documentos (RTD). Ressaltamos que o registro no RTD não é requerido por outros entes da Administração Pública (ex: CADE) e somente passou a ser requerido pela ANP na 11ª Rodada. |
| Pré-Edital | Exclusão | 3.1.1 | Exclusão do último parágrafo da página 18 do Pré-Edital. | Não é razoável a solicitação de submissão de declaração de inexistência de documento previsto no pré-edital por instituição de direito público ou notário público, uma vez que pode ser impossível ou inexistente tal declaração no país de origem documento. |
| Pré-Edital | Alteração | 6.1.3 | O bônus de assinatura corresponde ao montante, em reais (R$), ofertado para obtenção da concessão do bloco objeto da oferta e deverá ser pago, **por meio de transferência bancária**, pela licitante vencedora no prazo estabelecido pela ANP, como condição para a assinatura do contrato de concessão. | Considerando que o pagamento da taxa de participação pode ser feito através de transferência bancária, é razoável que o pagamento do bônus de assinatura também possa ser feito desta forma, evitando-se, assim, o pagamento por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU). |
| Pré-Edital | Exclusão | 6.4.l) | Exclusão da seguinte parte: “ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse societário em comum. Caso sejam identificadas licitantes que possam estar enquadradas nesta situação, a CEL decidirá se estas licitantes poderão fazer ofertas para os mesmos blocos, levando em conta a promoção da competitividade do certame” | A utilização de recursos humanos (ex: consultoria) por mais de uma empresa não implica em prejuízo a concorrência da licitação. A análise caso a caso pela CEL pode resultar em insegurança jurídica para as empresas interessadas em participar do certame. |